

Gestão territorial

Estudo de Caso de Parques urbanos nas Cidades de Goiânia e Curitiba

Prof. Roberto de Oliveira, PhD ¹
Geraldo Landovsky ²
Melissa Mezzomo ³
Daiane Bortoglio ⁴

UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil
88040-900 Florianópolis SC
¹ecv1rdo@ecv.ufsc.br
²glandovsky@ig.com.br
³arquimelissa@yahoo.com.br
⁴daiane@gmail.com

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre a Gestão de Unidades de Conservação do Brasil em áreas urbanas. Inicia-se apresentando um estudo sobre os Modelos de gestão encontrados na literatura. Após é feito um levantamento de modelos de gestão utilizados na prática, apresentando um estudo de caso de gestão para parques urbanos nas cidades de Goiânia e Curitiba. Por fim, conclui-se o artigo comparando-se modelos encontrados na literatura com os modelos de gestão apresentados no estudo de caso.

Palavras chave: planejamento urbano, gestão territorial, parques urbanos, unidades de conservação

Abstract: This paper presents a study about Units of Conservation Management of Brazil in Urban Areas. It starts with Management Models founded in literature. After, it presents two case studies about urban parks management in the cities of Goiânia e Curitiba. Finally, this paper is concluded making a relation between the models of literature with the models discovered on the case studies.

Key-words: urban planning, territorial management, urban park, units of conservation

1 Introdução

O artigo tem como objetivo principal apresentar os modelos de gestão para parques urbanos utilizados no Brasil.

Para tanto, em uma primeira etapa, foi feito um estudo referentes aos modelos de gestão existentes. Após a análise desses modelos, são estudados os aspectos relativos à gestão de parques urbanos ante ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e à Legislação pertinente, na esfera municipal. Dessa forma serão mostrados estudos de caso referente às cidades de Goiânia e Curitiba, conhecidas pela grande quantidade de parques urbanos existentes. Juntamente aos estudos de caso foram comparados e enquadrados às Teorias Administrativas e os modelos de gestão do território (especificamente, os parques urbanos) adotados por ambas as prefeituras.

2 Modelos de Gestão

Um estudo sobre os modelos de gestão é sempre importante tanto quando relacionamos a empresas privadas quanto a empresas públicas. No caso das empresas privadas sua necessidade justifica-se devido a preocupação que essas têm em sobreviver a competitividade do mercado. No caso das empresas públicas, essa preocupação deve-se ao fato de as mesmas necessitarem em cumprir sua missão, a qual é atender qualitativamente a prestação de serviços em interesse com a sociedade.

D'Ajuz (2007) afirma que o processo de gestão divide-se em quatro etapas: planejamento, execução, controle e ações corretivas. Esse processo constitui-se numa evolução continua nas quais idéias e práticas novas contam com o tempo para que as empresas adequem-se aos novos modelos de gestão dentro de um processo de evolução, e não por uma simples substituição dos conhecimentos administrativos e gerenciais.

A seguir, é apresentada a evolução das praticas gerenciais dentro de um contexto histórico, para que posteriormente entendam-se mais claramente os modelos de gestão existentes.

2.1 Evolução histórica

Pereira (1995) analisou a evolução dos modelos de gestão, classificando-os em três níveis conceituais: Ondas de Transformação, Eras empresariais e Modelos de Gestão.

As Ondas de Transformação constituem-se em grandes momentos históricos de evolução da sociedade humana, cada qual com seus paradigmas próprios relacionados aos aspectos político, econômico, social, tecnológico e organizacional. Compreendem três períodos:

- 1º Revolução Agrícola (até 1750 D.C.);
- 2º Revolução Industrial (1750 a 1970), dividida em:
 - 1ª Revolução Industrial (1820-1870);
 - 2ª Revolução Industrial (1870-1950);
 - 3ª Revolução Industrial, a partir de 1950;
- 3º Revolução da informação (após 1970).

As Eras Empresariais constituem-se em estágios de evolução empresarial, a partir da Revolução Industrial (Segunda Onda de Transformação), cada um com seus paradigmas gerenciais próprios.

Durante a 2ª Revolução Industrial inicia-se a Era da Gestão Empresarial, a qual é dividida em 4 períodos diferentes:

1. Era da Produção em Massa;
2. Era da Eficiência;
3. Era da Qualidade;
4. Era da Competitividade.

São nas duas últimas Eras onde surgem as Novas Abordagens da Administração, conhecidas como: Administração Japonesa, a Administração Participativa, Administração Empreendedora, Administração Holística e Corporação Virtual.

1.2. Modelos de Gestão

Modelos de Gestão é um conjunto próprio de concepções filosóficas e idéias administrativas que operacionalizam as práticas gerenciais nas organizações. São classificados da seguinte forma:

1. Modelo de Gestão Japonês;
2. Modelo de Gestão empreendedora;
3. Modelo de Gestão holística;
4. Modelo de Gestão Corporação Visual;
5. Modelo de Gestão Participativa;
6. Gestão do Conhecimento.

1.2.1 Modelo de Gestão Japonês

O Modelo de Gestão Japonês foi desenvolvido no Japão pós-guerra. Possui em suas características apresentar um Controle Total da Qualidade (Total Quality Control) sobre o processo de produção apresentado Círculos de Controle de Qualidade (CQC). Utiliza um processo de decisão consensual nomeado Método "Ringi". Também desenvolve outros cinco métodos: Justi-in-Time, Kanban, Kaizen, Manufatura Flexível e Keiretsu. Com o Just-in-Time a empresa integra-se com seus fornecedores, permitindo uma eliminação de estoques; Kanban consiste em um sistema de programação e controle de produção que visa "enxugar" atividades-meio que não agregam valor ao cliente; Kaisen consiste em uma filosofia de melhoria contínua; Manufatura Flexível é um sistema de produção que permite a fabricação simultânea de vários modelos e especificações de produtos; e Keiretsu consiste em um sistema empresarial caracterizado pela atuação em redes verticais e horizontais de parceria, integrando todos os fornecedores da cadeia produtiva através da subcontratação industrial.

1.2.2. Modelo de Gestão Empreendedora

O Modelo de Gestão Empreendedora foi desenvolvido pelos Estados Unidos a partir da década de 1980. Apresenta unidades independente de negócios onde os departamentos e divisões transformam-se em "pequenas empresas" internas à organização, com autonomia operacional e mercadológica. As equipes constituintes desse Modelo são lideradas por um gerente empreendedor e funcionários constantemente em busca de inovação e resultados, sendo assim chamados de "itrapreneur".

Para atingir o nível de competitividade, as empresas passam a compartilhar investimentos em lançamento de novos produtos e serviços, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, abertura de novos mercados e formação de redes empresariais constituindo alianças e parcerias. Seus funcionários participam dos resultados ("gain sharing") e motivam-se com as alternativas de carreiras que são oferecidas.

1.2.3 Modelo de Gestão Holística

O modelo de gestão holística foi desenvolvido nas últimas décadas e apresenta características quanto aos objetivos, à estrutura e ao comportamento individual.

Quanto aos objetivos apresenta integração dos organizacionais com os objetivos individuais de auto-realização pessoal e profissional. Quanto à estrutura funciona de uma forma onde a organização passa a não depender de uma estrutura formal, sendo baseada em diversas células autônomas de produção (ou de serviços), resultando numa estrutura policelular. Quanto ao comportamento individual e grupal, seu objetivo é formar uma equipe que procure desenvolver a "visão do todo" do seu conjunto de processos e tarefas, assim, obtém-se o comprometimento individual (com a equipe e/ou organização) e a satisfação no trabalho (realização profissional).

O Modelo de Gestão Holística também apresenta o chamado Rodízio de funções ("job rotation"), ou seja, não há especialistas e nem cargos formais, os funcionários passam a ser polivalentes ou multifuncionais.

1.2.4 Modelo de Gestão Corporação Visual

O modelo de Gestão Corporação Visual apresenta novas tecnologias de trabalho com aumento das relações de parceria. Os bancos de dados sobre os clientes, produtos, fornecedores, metodologia de projeto e produção são atualizados constantemente. Apresenta um sistema sistemas de informações integradas à rede de clientes e fornecedores ("networkings"). Os cargos estão desvinculados do poder e a empresa esta em contínua transmutação, permitindo ambientes virtuais de trabalho.

O modelo de Gestão Corporação Visual é formado pela acumulação de práticas gerenciais desenvolvidas em outras abordagens inovadoras de gestão. Uma de suas características importante de ser citada é que esse modelo tem como objetivo compartilhar investimentos em tecnologias ou custos operacionais, fazendo acordo de cooperação possíveis com concorrentes.

1.2.5 Modelo de Gestão Participativa

A Gestão Participativa consiste na construção de processos de ações locais e regionais. Essas ações devem estar integradas por uma rede de trabalho interdisciplinar e interinstitucional formando um sistema de informação e comunicação de alcance comunitário com o objetivo de atingir a sustentabilidade nos ambientes econômicos e ambientais dentro de um espaço social e territorial.

Por meio do planejamento participativo interdisciplinar e interinstitucional são indicadas as ações que integrem as áreas de trabalho dos ambientes socioeconômicos e ambientais. O Modelo de Gestão Participativa pode trabalhar com o objetivo de integrar as diferentes esferas, como também democratizando as informações fazendo tornar possível a construção de uma nova forma de agir, a qual utilize um planejamento participativo, integrado e convergente aos anseios da população.

1.2.6 Gestão do Conhecimento

Gestão do Conhecimento é um processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma organização. Leva as organizações à mensurar com mais segurança a sua eficiência e a tomada de decisões acertadas. Trata-se da prática de agregar valor à informação e de distribuí-la.

3 Gestão de Parques Urbanos

Parques urbanos são espaços territoriais e urbanizados que permitem a realização de atividades de lazer, cultura, educação e a preservação de suas áreas verdes com características naturais, não necessariamente originais, que esteja legalmente instituído pelo Poder Público e com limites definidos sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Essa definição encontra-se na Lei Federal N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde os parques urbanos estão inseridos. Aprovada pelo Congresso em 2002 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem a função de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC's.

O SNUC classifica as UC's em dois grupos de categorias: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. Unidades de proteção integral pode ser uma estação ecológica, reserva biológica, Parque Nacional, Monumento Natural ou um Refúgio de Vida Silvestre. unidade de uso sustentável pode ser uma Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Ficam responsáveis por esses espaços na esfera nacional órgãos como: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente juntamente com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Em esferas estaduais e municipais ficam encarregados os setores como: Secretarias, institutos, órgãos e fundações, juntamente com seus representantes (estadual ou municipal).

4 O município de Goiânia

Goiânia é a capital do estado de Goiás e foi fundada em 24 de outubro de 1933 por Pedro Ludovico Teixeira. A partir de um plano urbanístico, foi construída com o especial propósito de desempenhar a função de centro político e administrativo do estado.

Situada no Planalto Central do Brasil, nas coordenadas geográficas 16°40' S, 49°15' O, a 749 m de altitude, e distante 209 km da capital federal Brasília, Goiânia apresenta uma topografia quase plana em uma área de 739Km² coberta por 1,24 milhões de habitantes, segundo IBGE (2008).

4.1 Plano Piloto

O Plano Piloto de Goiânia foi concebido pelo urbanista Atilio Correa Lima. Nesse consta à criação de três avenidas principais (Goiás, Araguaia e Tocantins), as quais confluem para a parte mais elevada do terreno do atual centro - onde se situa a sede do governo estadual. Uma quarta avenida principal (Paranaíba) foi aberta perpendicularmente às três avenidas mencionadas, conectando o Parque Botafogo ao antigo aeroporto.

Em 1936, Armando de Godoy assumiu a direção do projeto, interpondo-lhe modificações significativas. Ele re-elaborou, sobretudo, a parte sul do projeto de Correa Lima, introduzindo nesta área um bairro residencial (o atual Setor Sul), o qual concebeu sob a inspiração do movimento das cidades-jardim, fundado pelo urbanista Ebenezer Howard.

4.3 Goiânia: a cidade dos parques

Goiânia não recebeu o título de “Cidade dos Parques” por acaso: Desde 2005, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) investe intensamente na preservação e recuperação das áreas verdes da cidade.

Em 2005, a cidade contava com apenas oito parques totalmente ou parcialmente implantados (Areião, Sullivan Sivestre – conhecido como Vaca Brava, Botafogo, Carmo Bernardes, Gentil Meireles, Curitiba, Macambira e Jardim Botânico). Hoje, segundo levantamento realizado pela SEMMA, possui mais de 100 UC’s identificadas e cadastradas, com dados relevantes de sua fauna e flora, localização, mapas, fotos e informações de sua situação atual.

Das UC’s identificadas, seis delas são Parques Urbanos, ou seja, áreas verdes inseridas no espaço urbano com o objetivo de propiciar, à comunidade lazer, educação e entretenimento de uma maneira sustentável, atentando para a preservação e a recuperação do meio ambiente.

4.4 Principais parques e bosques de Goiânia e legislação pertinente

Tabela 1 – Principais parques e bosques de Curitiba

Nome	Descrição
Parque Areião	Área remanescente considerada reserva no Plano Original - 1938. Está situado entre os Setores Marista, Sul e Pedro Ludovico. Sua área é de 215.021m ² .
Bosque dos Buritis	Criado no Plano Original de Goiânia – 1938, entre os setores Central e Oeste. Sua área é de 124.800m ²
Parque Flamboyant	Compreende uma área de 125.572,71 m ² . Tem como objetivo a recuperação e a preservação ambiental da unidade de conservação e o resgate do uso comum da população em uma área sujeita à depredação e à especulação.
Jardim Botânico	Contemplado no plano original de Goiânia foi, posteriormente, implantado em outra área na reserva verde que fazia parte do Parque Linear, através da Lei Municipal n.º.800, de 05 de maio de 1998. Está situado no Setor Pedro Ludovico. Possui área de 1.000.000m ² .
Parque Municipal Gentil Meireles	Aprovado pelo Decreto n.º3 de 03/12/92. Sua área é de 39.889,5m ² .
Parque Sullivan Silvestre (Vaca Brava)	Área destinada a Parque Público pela Lei Municipal n.º7.897, de junho de 1999. Está situado entre Setores Bueno e Jardim América. Sua área é de 79.890,63m ² .

Fonte: **Prefeitura Municipal de Goiânia (2008)**

Tabela 2 – Legislação pertinente as Unidades de Conservação para a cidade de Goiânia

Artigo	Parágrafo
Art. 20. Os Parques Urbanos integrantes do SMUC constituem um único grupo com as seguintes categorias: Parque Recreativo; Parque Temático Educativo; e Parque Linear.	Parágrafo Único. O objetivo básico dos Parques Urbanos é tornar compatível a implantação de equipamentos sociais que propiciam o lazer, a educação e o entretenimento à população e a recuperação e preservação de áreas verdes urbanas.
Art. 24. As Áreas Verdes de Complemento Urbano integrantes do SMUC constituem um único grupo com as seguintes categorias: Jardim Público; Praça; e Área Verde de Complementação Viária.	Parágrafo Único. O objetivo básico das Áreas Verdes de Complemento Urbano é tornar compatível a implantação de equipamentos sociais que propiciam o lazer, a educação, entretenimento e a acessibilidade à população e a recuperação e preservação de áreas verdes urbanas.
Art. 39. As unidades de conservação e parques urbanos são criados por ato do Poder Público.	
Art. 41. Na definição do uso e objetivo da unidade de conservação ou parque urbano deverá ser realizada a consulta pública para definição de programas e projetos de envolvimento da população e instituições interessadas na gestão da unidade de conservação ou parque urbano tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.	

Art. 49. No entorno das unidades de conservação e parques urbanos será instituída a zona de amortecimento.	
Art. 66. Cabe aos órgãos municipais responsáveis pelo planejamento e gestão ambiental a realização de estudos técnicos para transformação das áreas criadas como parques, bosques e matas municipais em unidades de conservação e parques urbanos contidas no SMUC.	
Art. 73. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Municipal de Unidades de Conservação e Parques urbanos, com a colaboração da Secretaria Municipal de Planejamento.	§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia (2008)

4.5 Gestão dos Parques Urbanos de Goiânia

A prefeitura instituiu o Sistema Municipal de Unidades de Conservação e Parques Urbanos de Goiânia – SMUC, que é a adaptação e adequação da Lei Federal n.º 9.985 de 18 de julho de 2000 à esfera municipal.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) Tem por missão Promover a gestão ambiental, a conservação, a preservação e a recuperação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida em Goiânia. Criada em 1989 pela lei municipal n.º 6.840, a SEMMA trabalha, em conjunto com os órgãos federais e estaduais, na regulamentação, fiscalização e conscientização ambiental. São suas ações e orientações:

- Capacitar, conscientizar e informar a população para mudança de hábitos, costumes e atitudes frente ao meio ambiente;
- Regulamentar, licenciar, monitorar e fiscalizar as atividades e empreendimentos potencialmente poluidores e de impacto ambiental;
- Manter, recuperar e preservar os recursos naturais e ambientais, através de mecanismos de controle ambiental que visem a conservação e o uso sustentável do meio ambiente do Município.

O Departamento de Desenvolvimento Ambiental, pertencente a SEMMA é responsável pela elaboração e implementação das Unidades de Conservação do Município, tendo as seguintes atividades:

- Implementação de novos conceitos na concepção dos parques urbanos;
- Identificação e levantamento das unidades de conservação e parques urbanos;
- Execução do plano de manejo das unidades de conservação do Município de Goiânia;
- Cadastro e remanejamento dos permissionários dos parques;
- Recomposição vegetal;
- Plano diretor de arborização urbana;
- Segurança ambiental.

5 Curitiba e seu City Marketing

Curitiba é a capital do Estado do Paraná e foi fundada em 29 de março de 1693. Localiza-se na latitude de 25°25'40"S, longitude de 49°16'23"W, em 934m de altitude e está distante 1.374 km da capital federal; Sua população, segundo o IBGE (2008) é de 1,7 milhões de habitantes, cobrindo uma área de 435 km². Conhecida como a Capital mais fria do Brasil, suas temperaturas medias variam entre 8,4°C no mês de julho e 26,2°C no mês de fevereiro.

Os principais rios que constituem as seis bacias hidrográficas do município de Curitiba são: rio Atuba, rio Belém, rio Barigüi, rio Passaúna, ribeirão dos Padilhas e rio Iguaçu, todas com características dendríticas de drenagem.

5.1 Planejamento Urbano

O Plano Agache (1943), representou a primeira tentativa de ordenação da cidade vista como um conjunto. Em termos gerais, o plano concentrou-se em três grandes áreas, sendo uma delas o SANEAMENTO, com a drenagem dos banhados, canalização dos rios e ribeirões e construção da rede de abastecimento de água e coletora de esgotos, arborização de ruas e avenidas, criação de parques nos extremos da cidade e criação de um horto municipal.

As características centrais do plano diretor eram:

- crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida;
- hierarquia de vias;
- desenvolvimento preferencial da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste;
- policentrismo e adensamento;
- extensão e adequação das áreas verdes;
- caracterização das áreas de domínio de pedestres;
- criação de uma paisagem urbana própria.

A partir dos anos 70 e durante a década de 80, a preocupação concentrava-se em equipar a cidade, ou seja, dotar Curitiba de “instrumentos urbanos em todos os setores da recreação, educação, terminais de transportes e de abastecimento”. Datam desse período os principais projetos na área de transportes coletivos, embelezamento, restauração e preservação dos sítios históricos, padronização da paisagem urbana, implantação de áreas de lazer (tais como parques e bosques), granjeando à cidade a alcunha de “modelo de urbanismo”.

Na primeira metade da década de 70, a intervenção propriamente ambiental foi a construção de dois grandes parques públicos, o Parque Barigüi e o Parque São Lourenço, juntamente com a Lei Municipal nº. 4.557/73, a qual dispunha sobre a proteção e a conservação da vegetação de porte arbóreo.

Até o final dos anos 60, apenas o Parque da Barreirinha havia sido implantado, aproveitando uma área já pertencente ao Horto Municipal. Além desse, havia o Passeio Público, fundado no século XIX, num total de 2 parques públicos;

No período 1972-82 foram criados 3 parques e 3 bosques, correspondendo a quase 10 milhões de m² de área verde criados, ou seja, 2,31% de área do município preservada, num acréscimo de quase 10 m² de área verde/habitante. Nenhum outro período da história de Curitiba conheceria um incremento tão radical de áreas verdes urbanas.

Nos anos 80 houve o surgimento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (1986) e da Lei n.º 6.819/86, que estimulou a preservação e a criação de áreas verdes através de isenções parciais no IPTU;

Nas décadas de 60 e 70, e praticamente durante toda a década de 80: evolução da legislação ambiental e preservação e criação de áreas verdes.

Três primeiros parques (Iguaçu, Barigüi e São Lourenço), criados nos anos 70 tinham a função “de dar água à cidade” e de combater enchentes;

Preferiu-se nesse momento a idéia de dar água à cidade emoldurando essa “água” com áreas verdes, através de obras de saneamento e infra-estrutura urbana que evitassem o problema das enchentes.

Nascia assim a política de criação de grandes parques (com grandes lagos-reservatório em seu interior), debitária de circunstâncias pontuais e não necessariamente ecológicas.

5.1 O City Marketing de Curitiba

Reconhecida internacionalmente por soluções urbanas inovadoras, Curitiba é a cidade brasileira que tem a maior área verde por habitante - 55,09m², segundo dados divulgados no site oficial da Prefeitura de Curitiba. Contudo, há de se notar que esse número engloba toda área verde da APA do Passaúna e Alto Iguaçu. Portanto, se considerarmos apenas dentro dos limites da cidade de Curitiba, o número correto é 40m² por habitante, e esse ainda assim é um número mais do que satisfatório pelos índices recomendado pelas OMS (Organização Mundial de Saúde), que é de 16m² /hab. (Santos, 2007).

Para Sanches (2007), o city marketing representa a radicalização da cidade como mercadoria, ou seja, a cidade vendida enquanto produto no mercado mundial.

É por meio do “city marketing” que são promovidos, ou vendidos, certos modelos de transformação urbana, não apenas na escala local, mas ao mesmo tempo, nas escalas nacional e global. É uma promoção da cidade em busca da construção de uma nova imagem dotada de um forte impacto social. Desse modo a cidade passa a ser vista como um espetáculo em meio a um sentimento de orgulho pela mesma.

A venda da cidade/país passa a fazer parte integrante do novo planejamento do local. Esta proposição deve ser verdadeira com relação à entrega do prometido.

5.3 Principais parques e bosques de Curitiba e legislação pertinente

Curitiba possui hoje mais de 77 milhões de metros quadrados de vegetação nativa de porte arbóreo, entre bosques públicos e em áreas particulares. Essa vegetação é regida pela Lei n.º 9.806/00 que instituiu o Código Florestal Municipal.

Consideram-se Bosque Nativos Relevantes aqueles que possuam as características dos Bosques Nativos e que pela sua tipologia florestal, localização e porte sejam inscritos no cadastro do Setor Especial de áreas Verdes, junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA.

Tabela 3 – Parques e Bosques de Curitiba

Bosques e Jardins	Parques
Bosque Alemão	Parque Atuba
Bosque Pilarzinho	Parque dos Tropeiros
Bosque Boa Vista	Parque Bacacheri
Bosque de Portugal	Parque Iguaçu
Bosque C. Imbuia	Parque Barigüi
Bosque R. Maack	Parque N. do Belém
Bosque Fazendinha	Parque Barrerinha
Bosque S. Nicolau	Parque Passaúna
Bosque Gutierrez	Parque Caiuá
Bosque Trabalhador	Parque S. Lourenço
Bosque Italiano	Parque Cajuru
Bosque Zaninelli - Unilivre	Parque Tanguá
Bosque J. Paulo II	Parque das Pedreiras
Jardim Botânico	Parque Tingui
Passeio Público	Parque Diadema

Tabela 4 – Legislação pertinente as Unidades de Conservação para a cidade de Curitiba

Artigo
<p>Art. 1º Os parques são Setores Especiais constituídos por reservas de áreas de interesse público, criados visando a proteção e conservação dos recursos naturais existentes, a formação e manutenção de bens de uso comum, aliados à promoção de atividades científicas, educacionais, lazer contemplativos, recreativas e culturais.</p> <p>I – são recursos naturais, renováveis ou não, as áreas verdes de maneira geral, os cursos d’água, os lagos, o solo, o ar e a fauna existente;</p> <p>II – são bens de uso comum todos os equipamentos implantados na área, constituídos de edificações, acessos, meios de locomoção e demais elementos necessários ao funcionamento do parque.</p> <p>Parágrafo Único. O objetivo básico dos Parques Urbanos é tornar compatível a implantação de equipamentos sociais que propiciam o lazer, a educação e o entretenimento à população e a recuperação e preservação de áreas verdes urbanas.</p>
<p>Art. 2º Os parques serão sempre áreas insuprimíveis e indivisíveis e não poderão sofrer qualquer forma de exploração de seus recursos naturais, renováveis ou não.</p> <p>Parágrafo Único. O objetivo básico das Áreas Verdes de Complemento Urbano é tornar compatível a implantação de equipamentos sociais que propiciam o lazer, a educação, entretenimento e a acessibilidade à população e a recuperação e preservação de áreas verdes urbanas.</p>
<p>Art. 5º A cada parque será conferido um tratamento específico, conforme suas características peculiares, cuja administração ficará a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.</p>

Fonte (tabela 3 e 4) : **Prefeitura Municipal de Curitiba (2008)**

5.5 Gestão dos Parques Urbanos de Curitiba

A Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), é integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), sendo responsável, no Município, pela execução da Política Ambiental. Com base na Constituição Federal, bem como na Resolução 237/97 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, a SMMA é quem executa o controle ambiental, sendo responsável pelos procedimentos de licenciamento e pela fiscalização.

Esse desenvolvimento gradativo e contínuo deu-se especialmente por meio da fixação de imagens-síntese de Curitiba como “cidade-modelo” e “cidade planejada”, no início da década de 1970, “capital da qualidade de vida” e “capital do primeiro mundo”, nos anos 1980, “capital ecológica”, na década de 1990 e, finalmente, “capital social”, neste início de século. Essa positividade progressiva – resultante de um amplo e bem-sucedido programa de city marketing – pode ser constatada no atual desenvolvimento econômico – embora desequilibrado – da capital e dos municípios vizinhos, o que conduziu tanto a pontos positivos como negativos” (CATELNOU, 2007).

É inegável que Curitiba seja uma cidade organizada, limpa e bonita por seu designer urbanístico e paisagístico, porém, a Curitiba que a todos encanta e admiram, não é só maravilhas. Como a maioria das capitais do país e também do mundo, Curitiba não foge à regra, apresentando sérios problemas sócio-ambientais, não sendo uma cidade tão ecológica quanto se imagina (SILVA, 2008).

6 Conclusão

É difícil identificar o modelo de gestão utilizado pelas prefeituras e instituições públicas em geral, quando se identifica explicitamente uma ou outra característica de um determinado modelo na teoria, quase sempre a prática não condiz com esse modelo.

Há que se levar em conta o fato de que os modelos de gestão em voga foram desenvolvidos para organizações empresariais, voltados para a administração privada e não são facilmente aplicáveis em empresas de domínio público.

O serviço público apresenta uma realidade diferente e, em geral, tenta-se aplicar um ou mais modelos, ou ainda, uma composição de modelos de gestão para que a “máquina estatal” possa funcionar corretamente.

Nos casos de Goiânia e Curitiba, aparentemente e, de forma geral, nas prefeituras e instituições públicas, pode-se dizer que o modelo participativo é o que melhor se classifica. No entanto, especificamente nos casos apresentados, é possível identificar características dos modelos de gestão japonês e holístico.

7 Referências Bibliográficas

DEBETIR, Emiliana. *Gestão de unidades de conservação sob influência de áreas urbanas: diagnóstico e estratégias de gestão na Ilha de Santa Catarina – Brasil.* Florianópolis, SC, 2006. 247 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina.

ARNS, José F. *Modelo de Gestão Territorial Participativa.* In: COBRAC 2004 Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC Florianópolis, 2004. no

CASTELNOU, Antonio M.N. *Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo.* Disponível em <www1.pucminas.br/documentos> acessado em 8 de novembro de 2007.

D’AJUZ, Maria C. L. *Modelo de Gestão: Diferencial de Competitividade ou uma Grande Incógnita?* Disponível em <www.perspectivas.com.br/art71.htm> acessado em 7 de abril de 2008.

DIAS, Solange I. S. *Arquitetura do desejo: o discurso da nova identidade urbana de Curitiba.* Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, Cascavel, 2005.

DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JR, Sérgio. *Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano.* In: RAP Rio de Janeiro, Mar./Abr. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acessado em 2 de abril de 2008.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Disponível em www.ippuc.org.br

SILVA, Bey A. *Parques públicos urbanos: a síntese entre proteção ambiental e lazer Público.* FAU, UNB, 2005. Disponível em <www.unb.br/fau/pos_graduacao> acessado em 7 de abril de 2008

LIMA, Cristina A. *Sustentabilidade e gestão urbana na Grande Curitiba: Considerações sobre instrumentos de gestão, planos e propostas de planejamento e a dimensão social da sustentabilidade.* Disponível em <www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/cristina_araujo.pdf> acessado em 7 de abril de 2008.

MONTI, Roberto. *Como promover uma cidade/país: Marketing de lugar.* Disponível em <www.acesa.com.br> acessado em 08 de novembro de 2007.

OLIVEIRA, Hipólita S. *Gestão urbana e investimento industrial: considerações sobre o parque automotivo da região metropolitana de Curitiba.* In: Revista Gestão Industrial n. 1, vol. 1, 2005.

OLIVEIRA, Márcio. *A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000)* In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, 16, p. 97-106, jun. 2001.

OLIVEIRA, Wagner. *Desertificação de Goiânia.* Disp. em <www.jornalopcao.com.br> acessado em 8 de novembro de 2007.

PINTO, Georges J. *Planejamento Estratégico e City Marketing: a nova face das cidades no final do século XX.* In: Caminhos de Geografia 2(3)17-22, mar/ 2001.

Prefeitura Municipal de Curitiba. Disp. em <www.curitiba.pr.gov.br>, acessado em 7 de abril de 2008.

Prefeitura Municipal de Goiânia. Disp. em <www.goiania.go.gov.br>, acessado em 7 de abril de 2008.

REGIS, Hebert. *Batalha pela conservação.* Disponível em <www.tribunadoplanalto.com.br> acessado em 8 de novembro de 2007.

SANCHEZ, Fernanda. *Argos Entrevista.* (UNOCHAPECÓ). Disponível em <<http://www.unochapeco.edu.br>> acessado em 8 de novembro de 2007.

SANTOS, Liliam R.P. *O processo de urbanização e impermeabilização do solo em Curitiba: causas, conseqüências e propostas para minimizar os impactos ambientais.* Disponível em: <www.maternatura.org.br> acessado em 8 de novembro de 2007.

SANTOS, Raimundo; PACHECO, Fernando F.; PEREIRA, Heitor J.; BASTOS JR, Paulo. *Gestão do Conhecimento como Modelo Empresarial - Capítulo 1.* Disponível em <www.gestaodoconhecimento.com.br> acessado em 8.11.2007.

SILVA, Maria A. F. *Aspectos Socioambientais de Curitiba e o Contraste de uma Imagem Turística.* In: Revista Turismo, abril 2004.

WIKIPEDIA – Enciclopédia livre e gratuita. Disponível em <pt.wikipedia.org>, acessado em 8 de novembro de 2007